

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE SUSTENTABILIDADE PARA A EMPRESA

Gerson Luiz Buczenko
Faculdade CNEC Campo Largo
Área Temática: A área empresarial e o Meio Ambiente

Resumo: O presente artigo tem como objetivo geral analisar o conceito de Educação Ambiental e sua importância para a sustentabilidade na empresa. A indagação de pesquisa foi assim estabelecida: Educação Ambiental e sustentabilidade estão diretamente relacionados na atuação empresarial. Como objetivos específicos elencamos: avaliar o conceito de Educação Ambiental ampliando o olhar para a sua vertente crítica; abordar o conceito de sustentabilidade na empresa. A abordagem de Educação Ambiental tem por base os textos de Loureiro (2002; 2012), Layrargues (2012), e Carvalho (2012), entre outros autores. Em relação a abordagem da sustentabilidade na empresa são importantes as contribuições de Barbieri (2014), Berté (2013) e Donaire (2007). Ao pensar de forma sustentável, a empresa passa a agregar a preocupação com o outro, investindo também em empreendimentos sociais que beneficiam a coletividade, seja de uma comunidade vizinha à empresa, uma escola ou creche, seja também de uma cidade que passa a ver bons exemplos de responsabilidade social e ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Sustentabilidade; Empresa.

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo geral analisar o conceito de Educação Ambiental e sua importância para a sustentabilidade na empresa. A indagação de pesquisa foi assim estabelecida: Educação Ambiental e sustentabilidade estão diretamente relacionados na atuação empresarial. Como objetivos específicos elencamos: avaliar o conceito de Educação Ambiental ampliando o olhar para a sua vertente crítica; abordar o conceito de sustentabilidade na empresa.

A abordagem de Educação Ambiental tem por base os textos de Loureiro (2002; 2012), Layrargues (2012), e Carvalho (2012), entre outros autores. Em relação a abordagem da sustentabilidade na empresa são importantes as contribuições de Barbieri (2014), Berté (2013), e Donaire (2007).

Assim, a abordagem inicial ocorre com a EA em sua atuação e prática social, seguida de uma conceituação da EA crítica transformadora e emancipatória do ser humano. Em relação à sustentabilidade da empresa ou na empresa, explicita-se a importância da questão ambiental, como uma componente estratégica, que em seu início não era espontânea e sim por força de exigências legais e do mercado.

2. Educação Ambiental

Segundo Loureiro (2012), a Educação Ambiental (EA) não atua somente no plano das ideias, no da transmissão de informações, mas no da existência, em que o processo de conscientização caracteriza-se pela ação com conhecimento, pela capacidade de fazer opções, por se ter o compromisso com o outro e com a vida. Para o autor, educar é negar o senso comum de que há uma minoria consciente, secundarizando o outro, sua história, cultura e consciência, bem como entender que não se pode pensar pelo, para e sem o outro, pois a educação é feita com o outro, que também é sujeito e tem sua identidade e individualidade a ser respeitadas no processo de questionamento dos comportamentos da realidade.

Assim, a EA promove a prática social conectada ao fazer história e problematizar a realidade e transformá-la, ao produzir e reproduzir conhecimentos, valores e atitudes reflexivas fundamentadas em teorias que sustentam esse novo pensar. Essa ação conscientizadora é mútua e envolve a capacidade crítica, diálogo, assimilação de diferentes saberes e transformação ativa da realidade e das condições de vida (LOUREIRO, 2012).

Para Layrargues (2012), ao debater as ideias propagadas por Loureiro, a EA é antes de tudo educação, mas não uma educação genérica e, sim, aquela que se nutre das pedagogias progressistas histórico-críticas e libertárias, que são as correntes orientadas para a transformação social. Por isso, salienta o autor, é absolutamente crucial para a concretização de um novo patamar societário que a produção em EA aprofunde o debate teórico-prático acerca daquilo que pode tornar possível ao educador discernir uma concepção ambientalista, educacional, conservadora e tradicional de uma concepção emancipatória e transformadora. Segundo o autor,

a EA emancipatória se conjuga a partir de uma matriz que compreende a educação como elemento de transformação social inspirada no diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na criação de espaços coletivos de estabelecimentos das regras de convívio social, na superação das formas de dominação capitalistas, na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade (LAYRARGUES, 2012, p. 17).

Assim, partindo de uma EA emancipatória, que comungue com a coletividade, fortalecendo a todos os sujeitos, configurando-se uma atuação, um movimento contra hegemônico que passa a questionar a realidade vivida, há a possibilidade real de transformação social e a EA em sua vertente crítica é uma das possibilidades para se pensar este caminho.

3. Educação Ambiental crítica

Na mesma direção, Carvalho (2012) considera que a construção de uma EA crítica impõe a explicitação de algumas posições teórico-metodológicas; a primeira delas diz respeito à forma como se percebe a educação: como um processo de humanização socialmente situado. Assim, repensar a forma como ocorre a educação é uma condição prioritária, valorizando-se todos os sujeitos inseridos no processo educacional, em que não há mais espaço para uma educação bancária, mas, sim, dialógica, em que o aprendizado é mútuo e integrado ao meio ambiente em que se vive.

A autora enumera alguns objetivos para uma EA crítica:

Promover a compreensão dos problemas socioambientais em suas múltiplas dimensões: geográfica, histórica, biológica e social, considerando o meio ambiente como o conjunto das inter-relações entre o mundo natural e o mundo social, mediado por saberes locais e tradicionais, além de saberes científicos; contribuir para a transformação dos atuais padrões de uso e distribuição dos recursos naturais, em direção a formas mais sustentáveis, justas e solidárias de relação com a natureza; formar um atitude ecológica dotada de sensibilidades estéticas, éticas e políticas atentas à identificação dos problemas e conflitos que afetam o meio ambiente que vivemos; implicar os sujeitos da educação na solução ou melhoria desses problemas e conflitos, mediante processos de ensino/aprendizagem formais ou não formais que preconizem a construção significativa de conhecimentos e a formação de uma cidadania ambiental; atuar no cotidiano escolar e não escolar, provocando novas questões, situações de aprendizagem e desafios para a participação na resolução de problemas, a fim de articular a escola com os ambientes locais e regionais onde está inserida; construir processo de aprendizagem significativa, conectando a experiência e os repertórios já existentes com questões e outras experiências que possam gerar novos conceitos e significados para quem se abre à aventura de compreender o mundo que o cerca esse deixar surpreender por ele; situar o educador, sobretudo, como mediador de relações socioeducativas, coordenador de ações, pesquisas e reflexões – escolares e/ou comunitárias – que possibilitem novos processos de aprendizagens sociais, individuais e institucionais (CARVALHO, 2012, p. 160).

Concordando com Carvalho (2012) e Loureiro (2002), falar em EA crítica e transformadoraⁱ é afirmar a educação como práxis social que contribui no processo de construção de uma sociedade sustentável pautada por patamares civilizacionais e societários diferentes dos atuais, sendo a sustentabilidade da vida e a ética ecológica seu cerne. Segundo Loureiro (2002), a EA transformadora é aquela que possui um conteúdo emancipatórioⁱⁱ, em que a dialética entre forma e conteúdo realiza-se de tal maneira que as alterações da atividade humana, vinculada ao fazer educativo,

implicam mudanças individuais e coletivas, locais e globais, estruturais e conjunturais, econômicas e culturais.

No âmbito do que se chama EA emancipatória, podem-se incluir outras denominações como sinônimos ou concepções similares: “Educação Ambiental crítica; Educação Ambiental popular; Educação Ambiental transformadora” (LOUREIRO, 2012, p. 39). Salienta ainda Loureiro (2012) que, nessa perspectiva, é estritamente histórico e cultural o modo como se define e entende a natureza, a partir das relações sociais e do modo de produção e organização em dado contexto. Se isso for ignorado, a atuação será marcadamente ingênua, sem a capacidade de historicizar a ação educativa, e por vezes poderá parecer até mesmo antagônica ao que é defendido como inerente à EA. O autor conclui que,

numa perspectiva histórica e crítica, a atribuição central da Educação Ambiental é fazer com que as visões ecológicas de mundo sejam discutidas, compreendidas, problematizadas e incorporadas em todo tecido social e suas manifestações simbólicas e materiais, em um processo integrador e sem imposição de uma única concepção hegemonicamente vista como verdadeira (LOUREIRO, 2012, p. 45).

Para Guimarães (2006), a proposta de EA crítica volta-se para um processo que desvela e desconstrói os paradigmas da sociedade moderna em suas armadilhas. Por outro lado, é um processo engajado de transformações da realidade socioambiental, que passa a construir novos paradigmas constituintes de uma sociedade ambientalmente sustentável e seus sujeitos. “Acredito que é pela práxis de uma educação ambiental crítica, promotora de um movimento coletivo conjunto que a educação e seus educadores possam contribuir de fato para a superação dessa grave crise ambiental que atravessamos em nosso pequeno planeta” (GUIMARÃES, 2006, p. 27).

Dessa forma, para superar a crise ambiental já instalada em função da exploração exacerbada do planeta por parte dos seres humanos, a empresa que antes era vista como causadora de todo o processo destrutivo, passou a ser vista como parte da solução, por meio de uma gestão com base na sustentabilidade.

4. Um olhar sobre a sustentabilidade na empresa

Em relação ao conceito de sustentabilidade, tão propalado nos dias atuais, por empresários e demais gestores públicos e privados, são necessárias certas reservas uma vez que a sustentabilidade, por vezes, está atrelada muito mais à permanência do empreendimento, do que necessariamente à uma relação socioambiental. A estabilidade do empreendimento é importante, porém, ser sustentável é uma

característica exigida, porém quando se fala em sustentabilidade, há uma componente que envolve o ser humano e sua relação do meio que o cerca.

Segundo Barbieri (2014, p. 106), espera-se que as empresas de uma forma geral deixem de ser problemas e façam parte das soluções, uma atitude que raramente surge de forma espontânea. Esta condição passou a ser latente em função dos danos causados ao meio ambiente e denunciados por movimentos ambientalistas nas décadas de 60 e 70 do século XX, culpabilizando grandes corporações mundiais, que função de uma mudança global e de novas exigências do mercado, passaram a ver na questão ambiental um aspecto estratégico,

Algumas empresas [...], têm demonstrado que é possível ganhar dinheiro e proteger o meio ambiente mesmo não sendo uma organização que atua no chamado “mercado verde”, desde que as empresas possuem uma certa dose de criatividade e condições internas que possam transformar as restrições e ameaças ambientais em oportunidades de negócios (DONAIRE, 2007, p. 51).

Para Barbieri (2014, p. 105) empresas sustentáveis são as que: satisfazem as necessidades atuais usando recursos de forma sustentável; mantém um equilíbrio em relação ao meio ambiente natural, com base em tecnologias limpas, reuso, reciclagem ou renovação de recursos; restauram qualquer dano por elas causados; contribuem para solucionar problemas sociais em vez de exacerbá-los; geram renda suficiente para se sustentar.

Segundo Berté (2013, p.45) quando a empresa incorpora a variável ambiental ao processo de gestão, ocorre a absorção do princípio de sustentabilidade, que pelas características sistêmicas em que está inserido, agrega ao gerenciamento os fatores ambientais e seus possíveis impactos, e ainda, fatores sociais, econômicos, político-institucionais, de informação e de conhecimento histórico, tecnológico e cultural.

Para Donaire (2007, p.37) a questão ambiental, antes uma preocupação exclusiva da produção, tornou-se também uma função da administração, contemplada na estrutura organizacional, interferindo no planejamento estratégico, passou a ser um atividade preponderante na empresa, tanto no desenvolvimento de atividades de rotina, quanto no debate de cenários alternativos e análise destes, em relação à evolução da empresa, gerando, assim políticas, metas e planos de ação. O autor relata ainda que entre os benefícios para a empresa estão a economia de custos e incremento de receitas, além dos benefícios estratégicos como a melhoria da imagem institucional da empresa.

Assim, a questão ambiental bem gestada pela empresa leva à sustentabilidade, ou seja, uma relação equilíbrio entre o ser humano e a natureza, porém, é uma

relação não espontânea, conforme destaca um dos autores citados, condição que simboliza uma condição conceitual e também cultural, de que a natureza ainda está a serviço do ser humano, materializando o afastamento do meio natural, em função de todo o progresso alcançado pelo ser humano em sua trajetória evolutiva e a coisificação da natureza.

5. Considerações Finais

Assim, ao retomar objetivo geral inicialmente proposto de analisar o conceito de Educação Ambiental e sua importância para a sustentabilidade na empresa, verifica-se que por meio de uma Educação Ambiental presente em todos os níveis e modalidades educacionais, a sustentabilidade terá grandes chances de ser espontânea em todos os empreendimentos do ser humano, uma condição que não afasta mas que aproxima, que une o ser humano e o meio em que vive. Percebe-se que a Educação Ambiental está diretamente ligada à sustentabilidade, encurtando espaços e tempos para se pensar uma nova realidade empresarial.

Ao pensar de forma sustentável, a empresa passa a agregar a preocupação com o outro, investindo também em empreendimentos sociais que beneficiam a coletividade, seja de uma comunidade vizinha à empresa, uma escola ou creche, seja também de uma cidade que passa a ver bons exemplos de responsabilidade social e ambiental. E a EA crítica nesse contexto, vem ao encontro das demandas uma nova visão de sociedade, em que o bem da coletividade deve ser prioridade assegurando, assim, um mundo melhor para as futuras gerações.

Referências

- BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- BERTÉ, R. **Gestão socioambiental no Brasil**. Curitiba: InterSaberes, 2013.
- CARVALHO, I.C.M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa**. 2.ed. 9. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.
- LAYRARGUES, P. P. Para que a educação ambiental encontre a educação. In: LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GUIMARÃES, M. Armadilha paradigmática na educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARAGUES, P. P.; CASTRO, R. S.(Org.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

ⁱ No que se refere à EA crítica e transformadora, considera-se que “o mundo do capital, para ser reproduzido pela prática teleológica dos sujeitos, gera e a mesmo tempo necessita de determinada ontologia ou, caso se queira, de certo composto de ontologias que referenda tais práticas reprodutivas. Por contraste, as práticas emancipatórias dessa forma de sociabilidade, práticas efetivamente transformadoras, têm de estar fundadas em outra ontologia. Uma ontologia crítica da primeira. Segue-se, portanto, que a crítica ontológica é condição necessária, ainda que não suficiente, para a emancipação das estruturas sociais estranhadas, opressoras, iníquas e infames. Por essa razão, como se afirmou acima, a ontologia crítica marxiana precisa ser restaurada. Deve voltar a ser o referente da crítica ao capitalismo, de modo a permitir que as ações práticas contra ele possam confluír para um movimento capaz de abalá-lo e superá-lo. Tal restauração, no entanto, tem por pressuposto retomar a dimensão essencial da crítica, ou seja, crítica ao modo de produzir sob o capital” (DUAYER, 2015, p. 125).

ⁱⁱ A emancipação é assumida como “o objetivo central dos que lutam contra a sociedade mercantil, a alienação e a intolerância é a emancipação humana” (SADER, 2008, p. 15).